

ITAÚSA



Demonstrações Financeiras Padronizadas

31 de Dezembro de 2014

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	21
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Relatório da Administração	25
----------------------------	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	87
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	89
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.352.424
Preferenciais	3.757.710
Total	6.110.134
Em Tesouraria	
Ordinárias	7.718
Preferenciais	2.320
Total	10.038

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2015	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2014	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2015	Ordinária		0,03026
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2014	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2015	Preferencial		0,03026
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2015	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2015	Ordinária		0,14800
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2015	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2015	Preferencial		0,14800
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2015	Dividendo	26/02/2015	Ordinária		0,04190
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2015	Dividendo	26/02/2015	Preferencial		0,04190
Reunião do Conselho de Administração	08/02/2015	Dividendo	31/03/2015	Ordinária		0,04970
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2015	Dividendo	31/03/2015	Preferencial		0,04970
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2014	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2014	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2014	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2014	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2015	Preferencial		0,01500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	40.958.000	34.432.000	31.964.000
1.01	Ativo Circulante	1.838.000	1.091.000	1.262.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	643.000	340.000	332.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	290.000	86.000	97.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	290.000	86.000	97.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	290.000	86.000	97.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	208.000	215.000	253.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	208.000	215.000	253.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	697.000	450.000	580.000
1.01.08.03	Outros	697.000	450.000	580.000
1.01.08.03.01	Depósitos em Garantia	72.000	77.000	91.000
1.01.08.03.03	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	625.000	372.000	489.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos	0	1.000	0
1.02	Ativo Não Circulante	39.120.000	33.341.000	30.702.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	555.000	630.000	483.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	551.000	626.000	479.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	551.000	626.000	479.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.000	4.000	4.000
1.02.01.09.03	Outros Ativos	4.000	4.000	4.000
1.02.02	Investimentos	38.035.000	32.181.000	29.688.000
1.02.02.01	Participações Societárias	38.035.000	32.181.000	29.688.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.269.000	2.179.000	2.354.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	35.766.000	30.002.000	27.334.000
1.02.03	Imobilizado	70.000	70.000	71.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	70.000	70.000	71.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000	460.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	40.958.000	34.432.000	31.964.000
2.01	Passivo Circulante	1.315.000	1.012.000	1.753.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	27.000	68.000	133.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.000	68.000	133.000
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a Pagar	1.000	15.000	20.000
2.01.03.01.03	Outros	26.000	53.000	113.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	573.000
2.01.04.02	Debêntures	0	0	573.000
2.01.04.02.01	Recursos Captados em Mercados Institucionais - Debêntures	0	0	366.000
2.01.04.02.02	Notas Promissórias	0	0	207.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.288.000	944.000	1.047.000
2.01.05.02	Outros	1.288.000	944.000	1.047.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.282.000	936.000	1.041.000
2.01.05.02.04	Participações e Honorários a Pagar	4.000	5.000	5.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	2.000	3.000	1.000
2.02	Passivo Não Circulante	417.000	289.000	184.000
2.02.03	Tributos Diferidos	5.000	4.000	4.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.000	4.000	4.000
2.02.04	Provisões	412.000	285.000	180.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	412.000	285.000	180.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	412.000	285.000	180.000
2.03	Patrimônio Líquido	39.226.000	33.131.000	30.027.000
2.03.01	Capital Social Realizado	26.934.000	22.000.000	16.500.000
2.03.01.01	Capital Social	27.025.000	22.000.000	16.500.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-91.000	0	0
2.03.02	Reservas de Capital	611.000	406.000	325.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	581.000	376.000	295.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000	2.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	12.159.000	11.593.000	12.901.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.149.000	1.120.000	2.246.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.451.000	9.857.000	10.045.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	559.000	616.000	610.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-485.000	-875.000	294.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	7.921.000	5.554.000	4.539.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.000	-40.000	-38.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.000	8.000	8.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-157.000	-154.000	-159.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-157.000	-154.000	-159.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.100.000	5.740.000	4.728.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.921.000	5.554.000	4.539.000
3.06	Resultado Financeiro	66.000	6.000	-21.000
3.06.01	Receitas Financeiras	94.000	45.000	38.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.000	-39.000	-59.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.987.000	5.560.000	4.518.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-76.000	138.000	21.000
3.08.01	Corrente	-3.000	-12.000	0
3.08.02	Diferido	-73.000	150.000	21.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.911.000	5.698.000	4.539.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.911.000	5.698.000	4.539.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,30000	1,05000	0,87000
3.99.01.02	PN	1,30000	1,05000	0,87000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,30000	1,05000	0,87000
3.99.02.02	PN	1,30000	1,05000	0,87000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	7.911.000	5.698.000	4.539.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	390.000	-1.195.000	634.000
4.02.01	Particip. Resultado Abrang. de Invest. Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	398.000	-1.198.000	629.000
4.02.02	Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Subsidiárias	-8.000	3.000	5.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.301.000	4.503.000	5.173.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-157.000	5.000	-396.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-114.000	-176.000	-152.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	7.911.000	5.698.000	4.539.000
6.01.01.02	Juros Sobre Debêntures	0	11.000	47.000
6.01.01.03	Juros sobre Notas Promissórias	0	3.000	9.000
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.100.000	-5.740.000	-4.728.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	73.000	-150.000	-21.000
6.01.01.06	Depreciações e Amortizações	2.000	2.000	2.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.000	181.000	-244.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução Ativos Financeiros	-204.000	10.000	-81.000
6.01.02.02	Redução em Outros Ativos	263.000	294.000	168.000
6.01.02.03	Redução em Provisões e Demais Passivos	-102.000	-123.000	-331.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.097.000	1.774.000	1.752.000
6.02.01	Alienação de Investimentos	0	0	46.000
6.02.02	Aquisição de Investimentos	0	0	-8.000
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	0	-1.000	-1.000
6.02.05	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	0	1.775.000	1.715.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.637.000	-1.771.000	-1.337.000
6.03.02	Subscrição de Ações	188.000	315.000	0
6.03.03	Aquisição de Ações para Tesouraria	-91.000	0	0
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-1.734.000	-1.499.000	-1.103.000
6.03.07	Pagamento de Debêntures	0	-377.000	-432.000
6.03.08	Emissão de Notas Promissórias	0	0	400.000
6.03.09	Pagamento de Notas Promissórias	0	-210.000	-202.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	303.000	8.000	19.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	340.000	332.000	313.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	643.000	340.000	332.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.025.000	114.000	-4.799.000	-2.546.000	0	-2.206.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.500.000	0	-4.500.000	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	205.000	0	0	0	205.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-91.000	0	0	0	-91.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.828.000	0	-1.828.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-159.000	0	-159.000
5.04.08	Subscrição de Ações	525.000	0	0	0	0	525.000
5.04.09	Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	559.000	-559.000	0	0
5.04.10	Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anterior	0	0	-617.000	0	0	-617.000
5.04.11	Reorganizações Societárias	0	0	-241.000	0	0	-241.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.911.000	390.000	8.301.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.911.000	0	7.911.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	390.000	390.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.365.000	-5.365.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.365.000	-5.365.000	0	0
5.07	Saldos Finais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.500.000	81.000	-5.446.000	-1.534.000	0	-1.399.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.500.000	0	-4.600.000	0	0	900.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	81.000	0	0	0	81.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-326.000	0	-326.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.208.000	0	-1.208.000
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio - Exercício Anterior	0	0	-610.000	0	0	-610.000
5.04.09	Reorganizações Societárias	0	0	-236.000	0	0	-236.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.698.000	-1.195.000	4.503.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.698.000	0	5.698.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.195.000	-1.195.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.138.000	-4.164.000	26.000	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.547.000	-3.547.000	0	0
5.06.04	Transferências	0	0	-26.000	0	26.000	0
5.06.05	Dividendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	617.000	-617.000	0	0
5.07	Saldos Finais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.822.000	148.000	-6.163.000	-1.294.000	0	-4.487.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.822.000	0	-2.822.000	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	69.000	0	0	0	69.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-291.000	0	-291.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.003.000	0	-1.003.000
5.04.08	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	80.000	-80.000	0	0	0
5.04.09	Reorganizações Societárias	0	0	-2.707.000	0	0	-2.707.000
5.04.10	Realização da Reserva de Reavaliação	0	-1.000	1.000	0	0	0
5.04.11	Ágio na Aquisição de Investimentos	0	0	-4.000	0	0	-4.000
5.04.12	Juros sobre Capital Próprio - Exercício Anterior	0	0	-551.000	0	0	-551.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.539.000	634.000	5.173.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.539.000	0	4.539.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	634.000	634.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.245.000	-3.245.000	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	227.000	-227.000	0	0
5.06.05	Reservas Estatutárias	0	0	2.408.000	-2.408.000	0	0
5.06.06	Dividendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	610.000	-610.000	0	0
5.07	Saldos Finais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.000	-27.000	-26.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.000	-12.000	-5.000
7.02.04	Outros	-9.000	-15.000	-21.000
7.02.04.01	Convênio de Rateio de Custos Comuns	-5.000	-9.000	-12.000
7.02.04.02	Propaganda, Promoções e Publicidade	0	-2.000	-1.000
7.02.04.03	Outros	-4.000	-4.000	-8.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-18.000	-27.000	-26.000
7.04	Retenções	-2.000	-2.000	-2.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.000	-2.000	-2.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-20.000	-29.000	-28.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.206.000	5.794.000	4.782.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.100.000	5.740.000	4.728.000
7.06.02	Receitas Financeiras	94.000	45.000	46.000
7.06.03	Outros	12.000	9.000	8.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.186.000	5.765.000	4.754.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.186.000	5.765.000	4.754.000
7.08.01	Pessoal	12.000	10.000	12.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.000	10.000	12.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	235.000	18.000	139.000
7.08.02.01	Federais	235.000	17.000	139.000
7.08.02.03	Municipais	0	1.000	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.000	39.000	64.000
7.08.03.01	Juros	28.000	39.000	64.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.911.000	5.698.000	4.539.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	159.000	1.825.000	1.003.000
7.08.04.02	Dividendos	2.387.000	326.000	291.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.365.000	3.547.000	3.245.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	48.594.000	41.929.000	39.050.000
1.01	Ativo Circulante	5.583.000	5.252.000	5.300.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.897.000	1.539.000	1.382.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	290.000	86.000	429.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	290.000	86.000	429.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	290.000	86.000	429.000
1.01.03	Contas a Receber	1.015.000	1.202.000	1.181.000
1.01.03.01	Clientes	1.015.000	1.202.000	1.181.000
1.01.04	Estoques	831.000	736.000	790.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.550.000	1.689.000	1.518.000
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	350.000	0
1.01.08.03	Outros	1.550.000	1.339.000	1.518.000
1.01.08.03.01	Ativos Financeiros	1.134.000	840.000	621.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	386.000	462.000	550.000
1.01.08.03.03	Ativos Não Financeiros	30.000	37.000	347.000
1.02	Ativo Não Circulante	43.011.000	36.677.000	33.750.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.099.000	1.855.000	1.755.000
1.02.01.05	Ativos Biológicos	1.355.000	1.126.000	1.102.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	744.000	729.000	653.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	744.000	729.000	653.000
1.02.02	Investimentos	35.798.000	29.950.000	27.304.000
1.02.02.01	Participações Societárias	35.798.000	29.950.000	27.304.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	35.798.000	29.950.000	27.304.000
1.02.03	Imobilizado	4.085.000	3.832.000	3.636.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.085.000	3.832.000	3.636.000
1.02.04	Intangível	1.029.000	1.040.000	1.055.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.029.000	1.040.000	1.055.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	48.594.000	41.929.000	39.050.000
2.01	Passivo Circulante	3.253.000	2.907.000	3.572.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	128.000	180.000	264.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	128.000	180.000	264.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.000	15.000	12.000
2.01.03.01.02	Outras	117.000	165.000	252.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.120.000	908.000	1.348.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.113.000	902.000	769.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	854.000	787.000	692.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	259.000	115.000	77.000
2.01.04.02	Debêntures	7.000	6.000	579.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.335.000	1.067.000	1.130.000
2.01.05.02	Outros	1.335.000	1.067.000	1.130.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.322.000	1.024.000	1.093.000
2.01.05.02.04	Provisão para Participação no Lucro	13.000	43.000	37.000
2.01.06	Provisões	670.000	752.000	830.000
2.01.06.02	Outras Provisões	670.000	752.000	830.000
2.02	Passivo Não Circulante	3.102.000	3.048.000	2.804.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.905.000	1.856.000	1.873.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.789.000	1.747.000	1.770.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.243.000	1.273.000	1.502.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	546.000	474.000	268.000
2.02.01.02	Debêntures	116.000	109.000	103.000
2.02.03	Tributos Diferidos	623.000	519.000	495.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	623.000	519.000	495.000
2.02.04	Provisões	574.000	527.000	436.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	574.000	527.000	436.000
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	146.000	0
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	146.000	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	42.239.000	35.974.000	32.674.000
2.03.01	Capital Social Realizado	27.025.000	22.000.000	16.500.000
2.03.02	Reservas de Capital	-91.000	0	0
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-91.000	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	12.777.000	12.006.000	13.233.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.149.000	1.120.000	2.246.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.451.000	9.857.000	10.045.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	559.000	616.000	610.000
2.03.04.10	Outras Reservas	618.000	413.000	332.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-485.000	-875.000	294.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.013.000	2.843.000	2.647.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.021.000	5.289.000	4.883.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.767.000	-3.729.000	-3.567.000
3.03	Resultado Bruto	1.254.000	1.560.000	1.316.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	7.069.000	4.773.000	3.750.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-582.000	-553.000	-495.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-300.000	-332.000	-209.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	201.000	-59.000	8.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-158.000	-151.000	-161.000
3.04.05.01	Despesas tributárias	-158.000	-151.000	-161.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.908.000	5.868.000	4.607.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.323.000	6.333.000	5.066.000
3.06	Resultado Financeiro	-60.000	-82.000	-126.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-60.000	-82.000	-126.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.263.000	6.251.000	4.940.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-102.000	-116.000	-80.000
3.08.01	Corrente	-56.000	-144.000	-102.000
3.08.02	Diferido	-46.000	28.000	22.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.161.000	6.135.000	4.860.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-124.000	-24.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	8.161.000	6.011.000	4.836.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.911.000	5.698.000	4.539.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	250.000	313.000	297.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,30000	0,96000	0,87000
3.99.01.02	PN	1,30000	0,96000	0,87000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,30000	0,96000	0,87000
3.99.02.02	PN	1,30000	0,96000	0,87000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	8.161.000	6.011.000	4.836.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	390.000	-1.195.000	634.000
4.02.01	Particip. Resultado Abrang. de Invest. Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	398.000	-1.198.000	629.000
4.02.02	Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Subsidiárias	-8.000	3.000	5.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	8.551.000	4.816.000	5.470.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.301.000	4.503.000	5.173.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	250.000	313.000	297.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	805.000	529.000	-99.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.105.000	965.000	451.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	8.161.000	6.011.000	4.836.000
6.01.01.04	Juros,Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	272.000	214.000	235.000
6.01.01.05	Depreciação, Amortização e Exaustão	651.000	625.000	555.000
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.908.000	-5.868.000	-4.607.000
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.000	-28.000	-22.000
6.01.01.08	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-221.000	-192.000	-144.000
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	24.000	-16.000	7.000
6.01.01.10	Resultado da Alienação de Ativo Imobilizado	-2.000	3.000	4.000
6.01.01.20	Outros	82.000	216.000	-413.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-29.000	-170.000	-291.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	-204.000	7.000	18.000
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes	115.000	-108.000	-146.000
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Estoques	-18.000	-130.000	-27.000
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	29.000	-1.000	-8.000
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outros Ativos Não Financeiros	349.000	238.000	18.000
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	-100.000	15.000	-13.000
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais e Trabalhistas	-22.000	-35.000	179.000
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos Não Financeiros	-178.000	-156.000	-312.000
6.01.03	Outros	-271.000	-266.000	-259.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-72.000	-123.000	-91.000
6.01.03.02	Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-199.000	-143.000	-168.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.244.000	1.144.000	1.102.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-148.000	-34.000	-8.000
6.02.02	Alienação de Investimentos	0	0	46.000
6.02.03	Aquisição de Intagíveis	-9.000	-16.000	-11.000
6.02.04	Alienação de Intagíveis	10.000	3.000	1.000
6.02.05	Aquisição de Imobilizado de Uso	-667.000	-497.000	-582.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	65.000	15.000	10.000
6.02.07	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	2.019.000	1.717.000	1.664.000
6.02.08	Ativos Operações Descontinuadas	0	-30.000	0
6.02.09	Outros	-26.000	-14.000	-18.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.691.000	-1.850.000	-989.000
6.03.01	Aumento de Capital	188.000	315.000	0
6.03.03	Ações em Tesouraria	-101.000	-12.000	11.000
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.889.000	-1.633.000	-1.189.000
6.03.05	Emissão de Notas Promissórias	0	0	400.000
6.03.06	Pagamento de Notas Promissórias	0	-210.000	-202.000
6.03.07	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	925.000	769.000	789.000
6.03.08	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-807.000	-696.000	-467.000
6.03.09	Emissão de Debêntures	0	0	101.000
6.03.10	Pagamento de Debêntures	-7.000	-383.000	-432.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	2.000	1.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	358.000	-175.000	15.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.539.000	1.714.000	1.699.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.897.000	1.539.000	1.714.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000	2.843.000	35.974.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000	2.843.000	35.974.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.025.000	114.000	-4.799.000	-2.546.000	0	-2.206.000	-80.000	-2.286.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.500.000	0	-4.500.000	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	205.000	0	0	0	205.000	0	205.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-91.000	0	0	0	-91.000	0	-91.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.828.000	0	-1.828.000	0	-1.828.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-159.000	0	-159.000	0	-159.000
5.04.08	Subscrição de Ações	525.000	0	0	0	0	525.000	0	525.000
5.04.09	Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	559.000	-559.000	0	0	0	0
5.04.10	Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig.Exerc.Anterior	0	0	-617.000	0	0	-617.000	0	-617.000
5.04.11	Reorganizações Societárias	0	0	-241.000	0	0	-241.000	0	-241.000
5.04.12	(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	-80.000	-80.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.911.000	390.000	8.301.000	250.000	8.551.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.911.000	0	7.911.000	250.000	8.161.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	390.000	390.000	0	390.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.365.000	-5.365.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.365.000	-5.365.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000	3.013.000	42.239.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.500.000	81.000	-5.446.000	-1.534.000	0	-1.399.000	-117.000	-1.516.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.500.000	0	-4.600.000	0	0	900.000	0	900.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	81.000	0	0	0	81.000	0	81.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-326.000	0	-326.000	0	-326.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.208.000	0	-1.208.000	0	-1.208.000
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio - Exercício Anterior	0	0	-610.000	0	0	-610.000	0	-610.000
5.04.10	Reorganizações Societárias	0	0	-236.000	0	0	-236.000	0	-236.000
5.04.14	(Aumento) / Redução dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	-117.000	-117.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.698.000	-1.195.000	4.503.000	313.000	4.816.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.698.000	0	5.698.000	313.000	6.011.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.195.000	-1.195.000	0	-1.195.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.138.000	-4.164.000	26.000	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.547.000	-3.547.000	0	0	0	0
5.06.04	Transferências	0	0	-26.000	0	26.000	0	0	0
5.06.05	Dividendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	617.000	-617.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000	2.843.000	35.974.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000	2.434.000	31.775.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000	2.434.000	31.775.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.822.000	148.000	-6.163.000	-1.294.000	0	-4.487.000	-84.000	-4.571.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.822.000	0	-2.822.000	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	69.000	0	0	0	69.000	0	69.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-291.000	0	-291.000	0	-291.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.003.000	0	-1.003.000	0	-1.003.000
5.04.08	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	80.000	-80.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Realização da Reserva de Reavaliação	0	-1.000	1.000	0	0	0	0	0
5.04.10	Reorganizações Societárias	0	0	-2.707.000	0	0	-2.707.000	0	-2.707.000
5.04.11	Ágio na Aquisição de Investimentos	0	0	-4.000	0	0	-4.000	0	-4.000
5.04.13	Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	-84.000	-84.000
5.04.14	Juros sobre Capital Próprio - Exercício Anterior	0	0	-551.000	0	0	-551.000	0	-551.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.539.000	634.000	5.173.000	297.000	5.470.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.539.000	0	4.539.000	297.000	4.836.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	634.000	634.000	0	634.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.245.000	-3.245.000	0	0	0	0
5.06.04	Dividendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	610.000	-610.000	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	227.000	-227.000	0	0	0	0
5.06.06	Reservas Estatutárias	0	0	2.408.000	-2.408.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	5.252.000	5.329.000	5.055.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.021.000	5.289.000	4.883.000
7.01.02	Outras Receitas	231.000	40.000	172.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.146.000	-2.951.000	-2.713.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.517.000	-2.206.000	-2.000.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-57.000	-333.000	-296.000
7.02.04	Outros	-572.000	-412.000	-417.000
7.02.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-7.000	-5.000	-4.000
7.02.04.02	Propaganda, Promoção e Publicidade	-494.000	-100.000	-91.000
7.02.04.03	Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	-7.000	-2.000	-5.000
7.02.04.04	Viagens	-3.000	-9.000	-9.000
7.02.04.05	Transportes	-1.000	0	0
7.02.04.06	Outras Despesas	-60.000	-296.000	-308.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.106.000	2.378.000	2.342.000
7.04	Retenções	-651.000	-681.000	-556.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-651.000	-681.000	-556.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.455.000	1.697.000	1.786.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.193.000	6.084.000	4.805.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.908.000	5.868.000	4.607.000
7.06.02	Receitas Financeiras	285.000	216.000	198.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.648.000	7.781.000	6.591.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.648.000	7.781.000	6.591.000
7.08.01	Pessoal	849.000	1.113.000	1.109.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	685.000	891.000	930.000
7.08.01.02	Benefícios	121.000	140.000	122.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	43.000	82.000	57.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	292.000	345.000	324.000
7.08.02.01	Federais	290.000	342.000	322.000
7.08.02.02	Estaduais	2.000	2.000	2.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.02.03	Municipais	0	1.000	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	346.000	312.000	322.000
7.08.03.01	Juros	345.000	298.000	322.000
7.08.03.02	Aluguéis	1.000	14.000	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.161.000	6.011.000	4.836.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	718.000	1.825.000	1.613.000
7.08.04.02	Dividendos	1.828.000	326.000	291.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.365.000	3.547.000	2.635.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	250.000	313.000	297.000

Relatório da Administração



ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – janeiro a dezembro de 2014

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a dezembro de 2014, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As demonstrações contábeis foram examinadas pela PricewaterhouseCoopers, contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva e com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) DESTAQUES

Itaúsa

Pelo décimo primeiro ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal ranking de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2014/2015, a carteira é integrada por 319 empresas de 26 países, das quais apenas 8 brasileiras – entre elas a Itaúsa e o Itaú Unibanco Holding S.A..

A Itaúsa obteve a maior nota do setor nos quesitos:

- Política Anticrime / Medidas;
- Gerenciamento da Marca; e
- Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico.

Além disso, a Itaúsa, o Itaú Unibanco e a Duratex foram selecionados para compor a carteira Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index.

Pelo oitavo ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE). Também figuram nesta seleta lista o Itaú Unibanco e a Duratex. A nova carteira reúne 51 ações de 40 companhias, representando 19 setores que somam R\$ 1,22 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 49,87% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na BM&FBovespa (em 24/11/2014). Esta nova carteira passou a vigorar de 05 de janeiro de 2015 a 02 de janeiro de 2016.

A Itaúsa e o Itaú Unibanco Holding foram reconhecidos pelo Carbon Disclosure Project - CDP *Latin America* entre as 10 empresas Líderes em Transparência, de acordo com a metodologia global de pontuação do CDP (Scoring) aplicada ao questionário “Mudanças Climáticas Edição 2014”. Atualmente, mais de 4.500 organizações de todo o mundo reportam seus dados climáticos ao CDP, que possui o maior volume de informações sobre mudanças climáticas. No Brasil, o CDP *Investors* encerrou o seu ciclo de 2014 com 52 empresas respondentes.

Itaú Unibanco Holding

Em 2014 o Itaú Unibanco completou 90 anos, um marco na história da instituição. As trajetórias de crescimento orgânico e por meio de aquisições tanto da antiga Casa Moreira Salles, fundada em 1924, como do Banco Central de Crédito, que iniciou suas operações em 1945 atravessaram o século XX, tornando-se dois dos maiores bancos do País. O Itaú Unibanco, após a associação anunciada em novembro de 2008, tornou-se o maior banco privado brasileiro.

Durante o exercício de 2014 o Itaú Unibanco anunciou e foram aprovados os seguintes eventos:

- Reorganização Societária do Itaú BBA, pelo BACEN (Banco Central do Brasil), pelo Banco Central das Bahamas e pela *Superintendencia Financiera de Colombia*;
- Acordo de Acionistas da TecBan, pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O Acordo de Acionistas se tornou efetivo em novembro de 2014;

Relatório da Administração



- Alienação da operação de seguros de Grandes Riscos para o Grupo ACE, pelo CADE e pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados); e
- Unificação de Negócios: Banco Itaú BMG Consignado S.A., aprovada pelo CADE e pelo BACEN.

Adicionalmente, em 29 de janeiro de 2014 o Itaú Unibanco celebrou contrato com o CorpBanca e seus controladores com o objetivo de realizar operação de fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca. Algumas das aprovações regulatórias necessárias para o fechamento dessa operação já foram obtidas.

Duratex

No quarto trimestre de 2014, a Duratex anunciou *joint venture* com a Usina Caeté com o objetivo de formar florestas de eucalipto no Nordeste do País em área de plantio de 13.500 ha, localizada no Estado de Alagoas. A sociedade irá investir cerca de R\$ 12 milhões por ano, pelos próximos seis anos. Futura planta de MDF está sendo estudada para suprir o crescimento no consumo de painéis de madeira na região.

A Duratex tem focado seus investimentos visando a sustentação de longo prazo de suas operações. No quarto trimestre, os investimentos da Companhia se deram basicamente na manutenção das operações, totalizando R\$ 122,5 milhões. No acumulado do ano, os investimentos foram de R\$ 697,9 milhões, dos quais R\$ 607,9 milhões em caixa com destaque para o aumento da participação na Tablemac (R\$ 152,1 milhões) e a aquisição de ativos florestais da Caxuana (R\$ 150,0 milhões) que foram pagos em sua maior parte com a entrega de 5.600 hectares de terras de propriedade da Duratex em São Paulo, e que foram arrendadas pela própria empresa por um período de 39 anos.

Elekeiroz

O investimento total no período foi de R\$ 64,2 milhões, com destaque para o projeto de interligação e adaptação da unidade de gases industriais ao complexo da empresa no Polo de Camaçari. A conclusão deste projeto, previsto para o segundo trimestre de 2015, garantirá o abastecimento de algumas matérias-primas e utilidades, melhorando a competitividade e ampliando a oferta de produtos no mercado local.

Itautec

Reposicionamento Estratégico

Em continuidade ao processo de Reposicionamento Estratégico da Companhia, que inclui a desativação paulatina da Unidade de Computação, foram entregues, no ano de 2014, 48,8 mil equipamentos entre *desktops*, *notebooks* e servidores, cumprindo assim o atendimento aos contratos, nos segmentos corporativo e governo, firmados em períodos anteriores. Adicionalmente, a Itautec continuou honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itautec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus clientes.

Relatório da Administração



2) AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2014, a recuperação da economia americana se solidificou. O crescimento do PIB acelerou de 2,2% em 2013 para 2,4% em 2014. Além disso, houve criação de quase 3,0 milhões de empregos líquidos em 2014, de modo que a taxa de desemprego atingiu 5,6% em dezembro, nível inferior à média dos últimos 50 anos.

Na zona do euro, a atividade econômica apresentou recuperação modesta. O crescimento acumulado em 12 meses no terceiro trimestre de 2014 foi de 0,8%, enquanto o alcançado no fim de 2013 foi de -0,4%.

A atividade na China segue desacelerando gradualmente, em função de políticas econômicas que buscam maior sustentabilidade do crescimento, com menos investimento e mais consumo.

A segunda metade do ano foi marcada por forte queda nos preços das *commodities*, especialmente do petróleo.

No cenário doméstico, a atividade econômica apresentou-se abaixo do esperado, e se observaram reduções da confiança de consumidores e empresários. O crescimento do PIB em 2014 deve ficar próximo a 0,1%.

O real perdeu valor frente ao dólar e terminou o ano em R\$ 2,66/US\$, desvalorizando 13,4% no ano. A taxa de câmbio foi pressionada tanto por fatores externos, como o fortalecimento do dólar frente às outras moedas e a queda nos preços de *commodities*, quanto por fatores domésticos, como a elevação do déficit em conta corrente. O programa de vendas de *swaps* do BACEN evitou uma depreciação mais intensa no ano.

A inflação medida pelo IPCA acumulado em 12 meses alcançou 6,4% em dezembro, com altas de 6,7% dos preços livres e de 5,3% dos preços administrados. Frente à inflação pressionada, o BACEN retomou o ciclo de aumento da taxa Selic em outubro. Ao longo de 2014, a taxa básica de juros aumentou 175 pontos base e encerrou o ano em 11,75%.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO

O lucro líquido recorrente de janeiro a dezembro de 2014 foi de R\$ 7.578 milhões – crescimento de 22,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 21,2%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 7.911 milhões com rentabilidade de 22,1%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido	7.911	5.698	250	313	8.161	6.011
Lucro Líquido Recorrente	7.578	6.199	227	362	7.805	6.561
Patrimônio Líquido	39.226	33.131	3.013	2.843	42.239	35.974
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	22,1%	18,2%	8,5%	11,3%	21,1%	17,6%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	21,2%	19,8%	7,7%	13,1%	20,1%	19,2%

Relatório da Administração**PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS**

	31/12/2014	31/12/2013	Evolução (%)
Indicadores por ação - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	1,30	0,96	35,9%
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	1,25	1,04	19,7%
Valor Patrimonial da Controladora	6,43	5,51	16,8%
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,40	0,31	27,9%
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	9,44	8,10	16,5%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	57.585	48.744	18,1%

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 28 de abril de 2014.

DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE POR ÁREA

Como holding pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes.

Resultado da Equivalência Patrimonial (REP) por Áreas	01/01 a 31/12/2014	%	01/01 a 31/12/2013	%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	7.696	99,1%	6.035	96,9%	27,5%
Área Industrial	66	0,9%	193	3,1%	-65,8%
Duratex	125	1,6%	199	3,2%	-37,2%
Elekeiroz	(14)	-0,2%	23	0,4%	-160,9%
Itautec	(45)	-0,6%	(29)	-0,5%	55,2%
Outros	2	0,0%	(1)	0,0%	-
Total REP Recorrente	7.764	100,0%	6.227	100,0%	24,7%
Resultado Próprio da Itaúsa Líquido de Impostos	(186)		(28)		
Lucro Líquido Recorrente	7.578		6.199		22,2%
Resultado não Recorrente	333		(501)		
Lucro Líquido	7.911		5.698		38,8%

Relatório da Administração**RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE**

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido	7.911	5.698	250	313	8.161	6.011
Inclusão / (Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes	(333)	501	(23)	49	(356)	550
Próprio	3	14	-	-	3	14
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	3	14	-	-	3	14
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	(236)	189	-	-	(236)	189
Movimentação de Ações em Tesouraria	(63)	99	-	-	(63)	99
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	9	(187)	-	-	9	(187)
Provisão de Crédito para Liquidação Duvidosa - Credicard	15	-	-	-	15	-
Provisões - Ações Cíveis	46	278	-	-	46	278
Cofins/ Provisão para Perdas sobre Prejuízo Fiscal - Porto Seguro	21	(100)	-	-	21	(100)
Ganho Fiscal na Tese de Alargamento da Base de Cálculo de PIS e COFINS - IRB	(22)	(48)	-	-	(22)	(48)
Alienação da Operação de Seguros de Grandes Riscos	(270)	-	-	-	(270)	-
Aprimoramento do Modelo de Provisionamento de Ações Trabalhistas	27	-	-	-	27	-
Realização de Ativos e Redução ao Valor Recuperável	1	88	-	-	1	88
Realização PPA Itaú Unibanco x RedeCard	-	38	-	-	-	38
Outros	-	21	-	-	-	21
Decorrentes de Participação Acionária nas demais empresas controladas	(100)	298	(23)	49	(123)	347
Duratex	(12)	16	(22)	30	(34)	46
Elekeiroz	17	(15)	1	(1)	18	(16)
Itautec	(105)	302	(2)	20	(107)	322
Itaúsa Empreendimentos	-	(5)	-	-	-	(5)
Lucro Líquido Recorrente	7.578	6.199	227	362	7.805	6.561

Relatório da Administração



PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA (1)
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽⁵⁾	Elekeiroz	Itautec ^{(5) (6)}	
Ativos Totais	2014	1.127.203	8.797	703	290	48.594
	2013	1.027.297	8.178	730	751	41.929
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2014	154.990	3.985	935	102	12.929
	2013	119.154	3.873	1.004	439	11.157
Lucro Líquido	2014	21.555	394	(32)	(39)	8.161
	2013	16.424	520	39	(389)	6.011
Patrimônio Líquido	2014	99.260	4.609	465	109	42.239
	2013	83.223	4.365	504	156	35.974
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2014	24,3%	8,7%	-6,6%	-28,9%	21,1%
	2013	21,1%	12,3%	8,0%	-112,2%	17,6%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2014	58.231	1.030	16	(65)	1.105
	2013	47.706	1.368	71	(183)	965

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex e Itautec e Elekeiroz: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez'13 + mar + jun + set + dez) / 5).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Na Duratex e Itautec os valores apresentados desconsideram as Receitas Operacionais classificadas no Resultado de Operações Descontinuadas.

(6) Em 2013, os Ativos Totais, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido incluem às Operações Descontinuadas.

3.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco Holding

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,72% detida pela Itaúsa direta e indiretamente.

Resultados

O lucro líquido do ano de 2014 atribuível aos acionistas controladores foi 31,2% maior que no mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 21,6 bilhões. O Itaú Unibanco atingiu uma rentabilidade anualizada de 24,3% sobre o patrimônio líquido médio (21,1% em 2013). O lucro líquido recorrente acumulado até dezembro de 2014 alcançou R\$ 21,1 bilhões, um crescimento de 27,3% em relação a 2013, atingindo um retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 23,8%.

Relatório da Administração

Contribuíram para a evolução anual do resultado de 2014, o crescimento de 16,0% das receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias em conjunto com o crescimento de 3,8% do resultado de operações de seguros, previdência e capitalização antes das despesas de sinistros e comercialização. Nesse mesmo período, as receitas de juros e rendimentos líquidas das despesas recuaram 1,3%.

Mesmo com a aquisição da empresa Credicard no final do ano de 2013, a evolução anual das despesas gerais e administrativas foi de 6,6%, enquanto que as perdas com créditos e sinistros cresceram 6,3%, o que reflete a estratégia de priorização por carteiras de menor risco.

Ativos

O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,1 trilhão, com crescimento de 9,7% nos últimos 12 meses, enquanto que o patrimônio líquido dos acionistas controladores totalizou R\$ 99,3 bilhões, crescimento de 19,3% na comparação com o final de dezembro de 2013.

A diversificação dos negócios se reflete na mudança da composição da carteira de crédito e da captação, reduzindo os riscos a segmentos específicos, que possam ser mais impactados pela volatilidade da economia, conforme segue:

Carteira de Crédito

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 526,2 bilhões, com crescimento de 9,0% em relação ao final do ano de 2013. Ao se considerar os riscos de crédito tomados na modalidade de títulos privados, essa evolução atinge 10,0%. Desconsiderando-se o efeito da variação cambial, o crescimento da carteira de crédito total teria sido de 8,3% em 2014

Carteira de crédito	R\$ milhões		
	31/12/14	31/12/13	dez/14- dez/13
Pessoas físicas	186.505	167.946	11,1%
Cartão de crédito	59.321	53.149	11,6%
Crédito pessoal	28.505	27.149	5,0%
Crédito consignado	40.525	22.571	79,5%
Veículos	29.047	40.584	-28,4%
Crédito imobiliário	29.107	24.492	18,8%
Pessoas jurídicas	295.762	275.827	7,2%
Grandes empresas	211.637	190.373	11,2%
Micro, pequenas e médias empresas	84.125	85.454	-1,6%
América Latina (*)	43.923	39.091	12,4%
Total com avais e fianças	526.190	482.864	9,0%
Grandes empresas - títulos privados (**)	34.175	26.482	29,0%
Total com avais, fianças e títulos privados	560.365	509.346	10,0%
Total com avais, fianças e títulos privados (ex-variação cambial)	560.365	517.605	8,3%

(*) Inclui Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai.

(**) Inclui debêntures, CRI e *commercial paper*.

Pessoas Físicas – No Brasil, a Carteira de Crédito para **Pessoas Físicas** alcançou R\$ 186,5 bilhões ao final de 2014, crescimento anual de 11,1%. O saldo da carteira de crédito do Itaú Unibanco ao final de dezembro de 2014 reflete a estratégia de priorização por carteiras de menor risco. Destaques:

- O Itaú Unibanco é líder no segmento de **cartão de crédito** no Brasil em faturamento. O valor transacionado em compras com cartões de débito e crédito atingiu R\$ 313,3 bilhões de janeiro a dezembro de 2014, o que representou um acréscimo de 22,8% em relação ao mesmo período de 2013. O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 59,3 bilhões, aumento de 11,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Relatório da Administração



Com foco na satisfação dos clientes, em agosto deste ano, foi lançado o “Acelerador de Pontos” no programa de recompensa “Sempre Presente”. Com ele, o cliente pode dobrar os pontos de suas faturas mediante o pagamento de uma porcentagem das compras mensais, antecipando o resgate de prêmios e viagens.

Desde o seu lançamento, já foram emitidos mais de 5,3 milhões de cartões “Itaucard 2.0”, cartão de crédito pioneiro no mercado brasileiro e que introduziu no país a prática internacional de cálculo de juros.

- O saldo da carteira de **crédito pessoal** alcançou R\$ 28,5 bilhões ao final de dezembro de 2014, um aumento de 5,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que o saldo da carteira de **crédito consignado** atingiu R\$ 40,5 bilhões, crescimento de 79,5% em relação a 31 de dezembro de 2013, atingindo 7,7% do total de crédito do banco, incluído avais e fianças. Destaque para as carteiras de aposentados e pensionistas do INSS e de funcionários do setor público, que somadas cresceram 148% em relação a dezembro de 2013.
- O saldo da carteira de **veículos** alcançou R\$ 29,0 bilhões, e a relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem médio da carteira foi de 73,7% ao final de 2014. Entre janeiro e dezembro de 2014, as contratações de financiamentos de veículos atingiram 12,4 bilhões, com prazo médio de 39 meses, sendo que metade das operações foram realizadas com o prazo de até 36 meses. Além da oferta realizada pela rede de agências, concessionárias, revendas e parceiros, o Itaú Unibanco foca em soluções para clientes, através do iCarros, um *website* de serviços financeiros e de classificados, que alcançou uma média mensal de 13 milhões de acessos.
- O Itaú Unibanco é líder no **financiamento de imóveis** para pessoa física entre os bancos privados brasileiros. A oferta desse produto é realizada pela rede de agências, incorporadoras e imobiliárias. O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 29,1 bilhões, evolução de 18,8% em 12 meses, com a relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem de aproximadamente 42,4%. Foram realizados aproximadamente 32,2 mil financiamentos para mutuários, no valor de R\$ 9,5 bilhões. Para empresários, foram realizadas contratações que geraram 28,0 mil novas unidades no valor de R\$ 5,4 bilhões, segundo a ABECIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança).

Pessoas Jurídicas - No Brasil, a Carteira de Crédito com avais e fianças para **Pessoas Jurídicas**, atingiu R\$ 295,8 bilhões ao final de 2014, apresentando crescimento de 7,4% em relação ao mesmo período de 2013.

- O saldo da carteira de crédito para **grandes empresas** atingiu R\$ 211,6 bilhões em 31 de dezembro de 2014. A carteira é composta por empréstimos em moeda nacional e em moeda estrangeira, créditos direcionados e garantias, com excelente nível de qualidade.
- O saldo da carteira de crédito de **micro, pequenas e médias Empresas** atingiu R\$ 84,1 bilhões em 31 de dezembro de 2014. Em 2014, O Itaú Unibanco priorizou a revisão e a simplificação da oferta de produtos para Micro, Pequenas e Médias Empresas. Como exemplo, a “Conta Certa”, além de possuir mais serviços, possibilita aos clientes personalizarem as quantidades de boletos, DOC’s, TED’s, custódia de cheques, entre outros, de acordo com a sua necessidade. Até dezembro de 2014, já haviam sido comercializadas cerca de 1,0 milhão de contas nessa modalidade.

A carteira de crédito dos outros países da **América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai)** apresentou crescimento de 12,4%. A desvalorização de moedas latino-americanas frente ao real exerceu grande impacto nessa evolução, sem considerar esse efeito, a variação da carteira no período foi de 13,6%.

O segmento pessoa física apresentou aumento de 18,7% (19,5% em moeda corrente), com destaque para o aumento de 17,6% (19,9% em moeda corrente) na carteira do Chile com relação a igual período do ano anterior.

O segmento pessoa jurídica aumentou 9,1% (10,5% em moeda corrente), com destaque para o aumento das carteiras no Chile e Uruguai, que evoluíram 4,0% (6,0% em moeda corrente) e 30,2% (30,3% em moeda corrente) respectivamente.

Relatório da Administração



Inadimplência

Em linha com a política de redução de risco na concessão de crédito, o índice de inadimplência total, considerando-se o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 3,1% ao final de dezembro de 2014, apresentando uma redução de 0,6 p.p. em relação ao final de 2013. Esse indicador apresentou o menor índice desde a associação entre Itaú e Unibanco, influenciado principalmente pela mudança do perfil de crédito da carteira. Esse indicador atingiu 4,7% para carteira de clientes pessoas físicas e 1,7% para pessoas jurídicas ao final de 2014, recuando 1,1 p.p. e 0,3 p.p. respectivamente em relação ao mesmo período do ano anterior.

Serviços

- **Gestão de Ativos:** em dezembro de 2014 o Itaú Unibanco atingiu R\$ 388,3 bilhões em recursos sob gestão, de acordo com o ranking de gestão ANBIMA, representando 14,5% do mercado.
- **Serviços de Custódia:** no mercado de custódia, o Itaú Unibanco somou R\$ 971,5 bilhões de ativos, segundo o *ranking* ANBIMA, em dezembro de 2014, e atuou como Escriturador de 478 emissões em dezembro de 2014 o que representa um aumento de 23,5% em relação a dezembro de 2013.
- **Seguros, Previdência e Capitalização:** A evolução dos prêmios ganhos foi de 4,9% em relação a 2013, atingindo R\$ 6,0 bilhões (não incluindo a participação na Porto Seguro, da qual o Itaú Unibanco detem 30% de seu capital). O lucro líquido cresceu 43,0% em 2014 frente a 2013. As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 5,9 bilhões em 31 de dezembro de 2014. Os sinistros retidos alcançaram R\$ 2,0 bilhões no acumulado de 2014, uma redução de 3,3% em relação a 2013, influenciada principalmente devido aos menores sinistros no ramo de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). Neste exercício, também ocorreram a venda das operações de grandes riscos e o distrato das operações de garantia estendida com a Via Varejo.
- **Meios de Pagamentos Eletrônicos (REDE):** no período de janeiro a dezembro de 2014 o faturamento total de débito e crédito atingiu R\$ 353,0 bilhões, aumento de 16,4% em relação ao mesmo período de 2013. O Itaú Unibanco encerrou o período com 1,8 milhão de equipamentos, crescimento de 17,1% em relação ao ano anterior.
- **Banco de Investimentos:** destaque entre janeiro e dezembro de 2014 para operação de Fusões e Aquisições, que prestou assessoria financeira a 78 transações, totalizando US\$ 25,0 bilhões. Na renda fixa, participou em operações de debêntures, notas promissórias e securitizações que totalizaram R\$ 21,2 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2014. Nas emissões internacionais de renda fixa, o Itaú Unibanco atuou como *joint bookrunners* em ofertas que totalizaram US\$ 12,1 bilhões até dezembro de 2014.
- **Consórcio:** em dezembro de 2014, o saldo de parcelas a receber atingiu R\$ 10,9 bilhões, com aumento de 10,9% em relação a dezembro de 2013. As receitas de administração de janeiro a dezembro de 2014 atingiram R\$ 610,0 milhões.

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,6 trilhão em 31 de dezembro de 2014.

Solidez do Capital

Visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório (PR) foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo índice de Basileia.

Ao final de dezembro de 2014 o índice de Basileia atingiu 16,9%, sendo 12,5% de Capital Principal e 4,4% de Capital Nível II, composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos, e dívidas subordinadas. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva de absorver perdas.

O montante das dívidas subordinadas que integram o Nível II do capital regulatório alcançou R\$ 53,9 bilhões em 31 de dezembro de 2014.

Relatório da Administração



Classificação de Risco de Crédito pelas Agências de *Rating* – Em 2014, as alterações dos *ratings* e das perspectivas dos *ratings* do Itaú Unibanco Holding ocorreram por fatores exógenos, sendo eles: (i) rebaixamento do *rating* soberano brasileiro pela Standard & Poor's; (ii) rebaixamento da perspectiva dos *ratings* dos títulos do governo brasileiro, de estável para negativa, pela Moody's; e (iii) revisão das diretrizes para *ratings* de escala nacional correspondentes à escala internacional da Standard & Poor's.

3.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

No ano de 2014, a receita líquida totalizou R\$ 3.985 milhões, equivalendo a uma expansão de 2,9% em relação a 2013, resultado da evolução de 4,5% no volume expedido na Divisão Madeira. O EBITDA recorrente atingiu R\$ 952 milhões, com margem de 23,9%. O lucro líquido recorrente alcançou R\$ 359 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 7,9%.

A Divisão Madeira apresentou importante retomada do nível de atividade no segundo semestre de 2014, havendo melhora consistente baseada em um movimento de reposição de estoques, acompanhada pelo aumento na demanda final. No ano foram expedidos 2.787,6 mil m³ de painéis contribuindo para uma receita líquida de R\$ 2.642 milhões.

O ano se encerra com um movimento positivo na demanda, principalmente em MDF, possibilitando aumento nominal dos preços. A retomada da demanda de MDP ainda não ocorreu, mas a Duratex está monitorando a demanda para que assim que retome a atividade, os preços possam ser ajustados.

Na Divisão Deca, no acumulado do ano, houve uma retração de 5,0% do volume expedido, com queda da receita líquida anual de 1,8%. A Duratex atribuiu essa situação a um cenário macro mais desafiador, com sensível redução na atividade imobiliária, principalmente no que diz respeito ao lançamento de novas unidades. Este fato é evidenciado pelo fraco desempenho da venda primária e secundária de imóveis no período, afetando as vendas diretas a construtoras e o segmento de reformas.

Com o objetivo de ajustar a capacidade à demanda e aumentar a utilização de capacidade nas plantas mais eficientes, a Deca encerrou em dezembro, as operações na unidade Louças Jundiáí II, transferindo a produção para a planta de Queimados. Dessa forma, a capacidade de produção nominal de louças será reduzida de 12.250 mil peças ano, para 11.500 mil peças ano.

No acumulado do ano houve ainda o aumento de despesas de promoção e propaganda decorrente do *rebranding* da marca Thermosystem para Hydra.

Elekeiroz

A receita líquida de janeiro a dezembro de 2014 alcançou R\$ 935,0 milhões, queda de 7% sobre o mesmo período de 2013. O mercado interno, responsável por 87% das vendas, apresentou queda de 8% enquanto as exportações cresceram 4%.

O custo dos produtos vendidos somou R\$ 889,3 milhões, queda de 1% em relação a 2013, em consonância com a retração na receita líquida.

No período, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 32,3 milhões (lucro bruto de R\$ 45,7 milhões), em 2013 o lucro líquido foi de R\$ 39,4 milhões (lucro bruto de R\$ 104,9 milhões).

O resultado do ano foi impactado pela baixa de gastos com engenharia para a construção de uma nova unidade industrial no valor de R\$ 5,0 milhões, cujo projeto entrou em *stand-by* em função do cenário econômico adverso, e ao alto preço, no mercado nacional, das matérias-primas correspondentes, além de provisão para contingências cíveis no valor de R\$ 13,6 milhões.

No acumulado do ano o EBITDA ficou negativo em R\$ 6,7 milhões, sem considerar os efeitos não recorrentes o EBITDA teria sido positivo em R\$ 11,9 milhões.

Endividamento: ao final de dezembro de 2014 a dívida líquida totalizou R\$ 100,0 milhões, correspondendo a 22% do Patrimônio Líquido.

Relatório da Administração



Itautec

A receita líquida consolidada de vendas e serviços do exercício de 2014 foi de R\$ 101,6 milhões.

O prejuízo bruto acumulado do exercício foi de R\$ 8,6 milhões, resultado da queda da rentabilidade do segmento de Computação.

As despesas operacionais (comerciais, administrativas e de pesquisa e desenvolvimento) atingiram R\$ 44,0 milhões.

O resultado apurado por meio de equivalência patrimonial em razão da participação acionária de 30% na Oki Brasil, empresa coligada, foi negativo em R\$ 20,9 milhões.

Foram reconhecidos no resultado de 2014 os seguintes eventos:

- o valor de R\$ 10,3 milhões, referente à receita de crédito de FINSOCIAL do período de 1989 a 1991, advindo de recolhimentos efetuados por empresa incorporada pela Itaú Rent Administração e Participações S.A.;
- o valor líquido de R\$ 20,0 milhões, referente à decisão favorável que pleiteava o crédito em ação declaratória cumulada com repetição de indébito, visando a declaração de inconstitucionalidade das Leis Nº 2.145/53 e Nº 7.690/88, que criaram a taxa de licenciamento de importação "Taxa CACEX". O precatório judicial referente a esse processo foi expedido em 27/06/2014; e
- o valor líquido de R\$ 10,6 milhões, referente à utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para quitação antecipada de débitos parcelados do REFIS, o que passou a ser regulamentado, no terceiro trimestre, por meio da Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 15 de 22/08/2014.

Em razão dos fatores descritos acima, o resultado líquido acumulado de 2014 foi um prejuízo de R\$ 38,7 milhões.

4) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 106 mil colaboradores no final de dezembro de 2014, incluindo aproximadamente 7,6 mil colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 12,6 bilhões no período.

5) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco Holding

A sustentabilidade está incorporada à estratégia corporativa do Itaú Unibanco por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos negócios, que possibilita internalizar questões socioambientais nas atividades e processos diários. Anualmente, decisões estratégicas de longo prazo de sustentabilidade são discutidas no Conselho de Administração e no Comitê Executivo. Desde 2011, a atuação em sustentabilidade tem sido fundamentada por três focos estratégicos:

- educação financeira;
- diálogo e transparência; e
- riscos e oportunidades socioambientais.

Relatório da Administração



O gerenciamento do risco socioambiental baseia-se na identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos. Em 2014, a Política de Sustentabilidade foi revisada de acordo com critérios estabelecidos na Resolução 4.327 publicada pelo BACEN. De acordo com esta política, a análise dos riscos socioambientais é realizada com base nas características, necessidades, exposição a riscos e especificidades de cada frente de negócio.

Em educação financeira, destaque para o programa para empresas clientes com 800 PABs (Postos de Atendimento Bancário), no qual mais de 7,0 mil clientes pessoa física já foram impactados. Ao avaliar os indicadores financeiros dos clientes impactados, o programa mostrou-se eficaz, dado que em dois anos o percentual de clientes com previdência privada subiu de 17% para 26% e o percentual de investimentos de 40% para 59%. Ainda em 2014, o Itaú Unibanco participou de 16 edições no programa da TV Globo – Encontro com Fátima Bernardes – para levar orientação financeira de maneira simples para aproximadamente 51 milhões de telespectadores.

Os investimentos realizados na área social – principalmente aqueles voltados ao aprimoramento da educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade urbana – estão vinculados ao propósito da instituição de transformar o mundo das pessoas para melhor.

O objetivo do Itaú Unibanco é empregar a mesma expertise e eficiência que aplica aos negócios no desenvolvimento de projetos, tecnologias e ferramentas que estimulem as pessoas a obter mais conhecimento, mais consciência crítica, para fazer melhores escolhas.

Em 2014, foram investidos R\$ 485,1 milhões em projetos, seja por meio de verbas incentivadas por leis (Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte), seja através de doações e patrocínios realizados pelo Itaú Unibanco, contribuindo em projetos voltadas à educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade.

Duratex

A Duratex promoveu a terceira edição do Encontro com Fornecedores GFD (Gestão de Fornecedores Duratex) que reuniu representantes de 68 empresas que prestam serviço para a Companhia. Implantado em 2012, o GFD tem como objetivo refletir a missão, a visão e os valores da Duratex com seus fornecedores por meio de um processo de gestão, definido por critérios socioambientais, econômicos, de qualidade e do nível de serviço oferecido.

No âmbito sociocultural, a Duratex continua investindo em diversos projetos com o objetivo de estabelecer um relacionamento mais próximo com as comunidades do entorno das unidades industriais e florestais onde atua.

Nos meses de outubro e novembro de 2014, a Duratex patrocinou:

- o projeto “Água, Arte e Sustentabilidade”, que contou com mais de cinco mil visitantes. O Projeto contou com a parceria das prefeituras de Jundiá e São Paulo;
- a cidade de Uberaba recebeu duas apresentações do cantor e compositor Milton Nascimento e o grupo teatral Ponto de Partida, num espetáculo inspirado na obra de Carlos Drummond de Andrade: “Ser Minas Tão Gerais”;
- a cidade de Tubarão/SC recebeu o Projeto Cultural Casinha de Livros com um acervo de 500 livros para cada escola;
- em João Pessoa e Queimados foram inauguradas as bibliotecas comunitárias “Ler É Preciso”;
- em Tubarão também foi levado o projeto “Cineco” para duas escolas municipais; e
- o Projeto Cultural Atitude, Diversão e Arte realizou apresentações em São Miguel Arcanjo, Itapetininga, Botucatu, Itatinga, Agudos, Lençóis Paulista e Jacaré, no interior de São Paulo.

Itautec

A Itautec concluiu no primeiro trimestre de 2014 o seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), referente às operações de 2013 realizadas na unidade industrial, filiais de serviços e escritório administrativo, atingindo 27,2 mil toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e). Este trabalho está de acordo com as normas do GHG *Protocol, do Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC).

Relatório da Administração



6) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaú Unibanco Holding

No período, o Itaú Unibanco recebeu relevantes reconhecimentos do mercado, com destaque para:

Bank of the Year (Revista The Banker) – Em novembro de 2014, foi eleito o banco do ano na América pela revista britânica The Banker. Conquistou também o posto de banco do ano no Brasil, Paraguai e Uruguai. Em circulação desde 1926, a The Banker pertence ao grupo Financial Times e é reconhecida pelo setor como a revista de maior prestígio no setor financeiro.

As Empresas Mais Admiradas do Brasil (Revista Carta Capital) - Conquistou a primeira colocação no segmento "Banco de Varejo". O Itaú BBA foi o vencedor no segmento financeiro "Banco Corporate".

Guia Exame de Sustentabilidade (Revista Exame) - Em novembro de 2014, foi eleita a empresa mais sustentável do ano na categoria "Instituições Financeiras, Bancos e Seguradoras". Concedido pela revista Exame, o reconhecimento é o mais importante para o setor dentro do território nacional.

Latin Finance's Banks of the Year 2014 (Revista Latin Finance) - Foi reconhecido como o banco do ano no Paraguai e no Uruguai. Estas conquistas destacam a atuação nestes países e a reputação como banco especialista em América Latina. Além do reconhecimento internacional, a revista também elegeu o Itaú BBA como o melhor banco de investimentos no Brasil.

Marcas Brasileiras Mais Valiosas de 2014 (Interbrand) - Avaliada em R\$ 21,7 bilhões em 2014, é a 11ª vez consecutiva que a marca Itaú lidera o ranking. A REDE, empresa de meios eletrônicos de pagamento, pela primeira vez entrou no ranking ocupando a 21ª colocação, avaliada em R\$ 470 milhões.

MVP Brasil 2014: Mais Valor Produzido (DOM Strategy Partners em parceria com o Grupo Padrão) - Foi a empresa que mais gerou valor para seus públicos no Brasil em 2014. A pesquisa busca identificar companhias que produzem e protegem valor não apenas para si mesmas, mas também para seus consumidores, acionistas, colaboradores e a sociedade.

Duratex

No período, a Duratex recebeu relevantes reconhecimentos do mercado, com destaque para:

Prêmio de melhor produto do ano (Revista Revenda) - recebeu o primeiro lugar nas categorias Louça Sanitária, Metal Sanitário e Metal Economizador de água. A Deca também recebeu o primeiro lugar no prêmio Design Museu da Casa Brasileira, além do Prêmio Top of Mind na categoria Ducha, Louça e Metal Sanitário.

Certificado Silvicultura Sustentável (Governo do Estado de São Paulo) – recebeu o certificado pelas boas práticas ambientais na produção de florestas, durante o ano base de 2013. O certificado faz parte do Protocolo Agroambiental do Setor Florestal, assinado pela Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a Associação Paulista de Produtores de Florestas Plantadas – Florestar São Paulo. Para reafirmar o seu compromisso com a sustentabilidade de suas atividades, a empresa assinou sua adesão ao protocolo para os próximos anos.

Prêmio Época Empresa Verde (Revista Época) – recebeu o prêmio na categoria Indústria com destaque para os programas de reaproveitamento de resíduos da empresa.

Guia Exame de Sustentabilidade (Revista Exame) – recebeu o destaque de Sustentabilidade no setor de Materiais de Construção, principalmente por suas práticas de Gestão de Fornecedores.

Relatório da Administração



7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381/2003

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2014, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na Instrução CVM nº 381/2003, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 13 e 22 de janeiro e 14 de março - aquisição de materiais técnicos;
- 29 de janeiro – revisão de contingências e riscos tributários em potencial aquisição de empresas;
- 10 de março – realização da implementação do software de gerenciamento de auditoria;
- 24 de março e 14 de julho – consultoria em *benchmarking* de capital humano Brasil e Internacional;
- 16 de maio e 10 de junho – revisão de declarações de impostos;
- 13 de junho – revisão independente da aplicação do Framework “COSO 2013” de controles internos;
- 08 de setembro – assessoria relacionada à análise conceitual de reconhecimento de crédito tributário;
- 11 de setembro – revisão independente de aspectos tributários e contábeis de operações no exterior;
- 20 de outubro – revisão independente de modelos de crédito;
- 10 e 11 de novembro – participação em curso aberto ao público, relacionado à gestão de capital humano (*HR Analytics*);
- 15 de dezembro – aplicação de procedimentos de assessoria fiscal e de preços de transferência.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 09/02/2015).

Notas Explicativas



ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2014
(Em milhões de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,37% das ações ordinárias e 16,93% das ações preferenciais, 34,01% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 09 de fevereiro de 2015.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

Notas Explicativas



A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de Dezembro de 2014

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis.
- Entidades de Investimentos – Alteração ao IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. Introduce uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-los nas suas demonstrações consolidadas. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.
- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13 e não geraram impactos relevantes nas demonstrações contábeis.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Não foram renovados derivativos durante o período de aplicação da revisão.
- IFRIC 21 Tributos: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. Não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis em decorrência desta revisão.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Notas Explicativas



- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICS 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios a se iniciar após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados - a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*). Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – Adoção Inicial, IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 –Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a escolher quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações financeiras, para isso deve-se considerar qual informação é imaterial. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 são efetivas para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

Notas Explicativas



2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4k, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 31/12/2014 era de R\$ 744 (R\$ 729 em 31/12/2013).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 31/12/2014 era de R\$ 574 (R\$ 527 em 31/12/2013).

Notas Explicativas



d) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta de Custos dos Produtos e Serviços no demonstrativo de resultado.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/12/2014	Porcentagem do capital em 31/12/2013
Área Financeira - Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,72%	36,87%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,53%	35,48%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	97,80%	94,01%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond MM CP FI	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

Notas Explicativas



O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4i. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

II. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 / IAS 21 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

III. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas



c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Notas Explicativas



Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

III. Impairment de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA avalia na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Itaúsa utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas



(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

e) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outras receitas operacionais", na demonstração do resultado.

f) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

g) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

Notas Explicativas



A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

h) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outros Resultados Operacionais.

i) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Notas Explicativas



Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

j) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – "Ativo Intangível", a ITAÚSA elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

k) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

Notas Explicativas



A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado. Juros e multas sobre imposto de renda e contribuição social são tratados como uma despesa não financeira.

I) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

A ITAÚSA e suas controladas oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período.

m) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

Notas Explicativas



O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

n) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

o) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

p) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Notas Explicativas



q) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

r) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

s) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 25.

Notas Explicativas**NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades	43	59
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	135	118
Certificado de Depósitos Bancários	1.074	1.022
Operações Compromissadas	640	340
Letra Financeira do Tesouro	5	-
Total	1.897	1.539

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Segue abaixo abertura da carteira do fundo de investimentos:

	31/12/2014	31/12/2013
Letra Financeira Subordinada	61	61
Letra Financeira do Tesouro	229	25
Total	290	86

Notas Explicativas**NOTA 5 - CLIENTES**

Contas a receber	31/12/2014	31/12/2013
Clientes no país	961	1.171
Clientes no exterior	101	71
<i>Impairment</i>	(47)	(40)
Total	1.015	1.202

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	948	1.074
Vencidos até 30 dias	31	55
Vencidos de 31 a 60 dias	4	16
Vencidos de 61 a 90 dias	3	26
Vencidos de 91 a 180 dias	28	22
Vencidos há mais de 180 dias	48	49
Total	1.062	1.242

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	(38)	(39)
Constituição	(21)	(15)
Reversão	3	5
Baixa de títulos	9	5
Reclassificação ativos mantidos para venda		4
Saldo Final	(47)	(40)

Notas Explicativas**NOTA 6 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS****a) Outros Ativos**

	31/12/2014	31/12/2013
Outros Ativos Financeiros	1.134	840
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	149	151
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	607	373
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	21	19
Partes Relacionadas	53	39
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	164	182
Créditos com Precatório	87	65
Outros Valores a Receber	53	11
Outros Ativos Não Financeiros	30	37
Despesas Antecipadas	20	34
Outros	10	3

b) Outros Passivos

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores	213	307
Provisão de Pessoal	163	162
Sociedade em Conta de Participação	108	108
Adiantamento de Clientes	7	24
Aquisição de Empresas	34	39
Rendas Antecipadas	31	65
Fretes e Seguros a Pagar	16	13
Comissões a Pagar	9	9
Aquisição Áreas Reflorestamento e Ativo imobilizado	12	7
Provisões para Garantias e Reestruturação	9	-
Outras Contas a Pagar	81	61
Total	683	795

Notas Explicativas



NOTA 7 - ESTOQUES

	31/12/2014	31/12/2013
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	327	288
Produtos Acabados	302	265
Produtos em elaboração	105	103
Almoxarifado Geral	101	94
Adiantamento a Fornecedores	9	8
Provisão para perdas nos estoques	(13)	(22)
Total	831	736

O custo dos estoques reconhecidos no resultado é incluídos em "Custo dos Produtos e Serviços" totalizou em 31 de dezembro de 2014 R\$ 3.767 (R\$ 3.729 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 8 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Subsidiárias e Entidades Controladas em Conjunto - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em subsidiárias, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis e entidades controladas em conjunto:

Empresas	Saldos em 31/12/2013	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação (2)	Outros Resultados Abrangentes de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	Outorga de Opções Reconhecidas	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 31/12/2014	Valor de Mercado (3)
Entidades Controladas em Conjunto	30.002	(2.527)	7.932	398	202	(241)	35.766	69.823
Itaú Unibanco Holding S.A.	16.490	(2.420)	5.258	212	108	(128)	19.520	69.823
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	13.512	(107)	2.674	186	94	(113)	16.246	-
Subsidiárias	2.179	(73)	168	(8)	3	-	2.269	2.351
Duratex S.A.	1.542	(67)	137	(8)	3	-	1.607	1.913
Elekeiroz S.A.	486	(6)	(31)	-	-	-	449	262
Itautec S.A.	46	-	60	-	-	-	106	176
Itaúsa Empreendimentos S.A.	104	-	2	-	-	-	106	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	-	-	-	1	-
Total Geral	32.181	(2.600)	8.100	390	205	(241)	38.035	72.174

(1) Em outros ativos financeiros, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(2) Na Itautec, foi reconhecido no período o saldo acumulado do resultado não realizado, decorrente de operações de venda realizadas pela Itautec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços, passou para a empresa OKI Electric.

(3) Valor justo dos investimentos em controladas e entidades controladas em conjunto com base nas cotações de ações das empresas. No Itaú Unibanco Holding considera-se participação indireta via IUPAR.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Entidades Controladas em Conjunto							
Itaú Unibanco Holding S.A.	75.000	99.260	21.555	1.071.022.909	93.291	(1) 36,72%	(2) 64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	7.430	24.418	4.019	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Subsidiárias							
Duratex S.A.	1.868	4.543	390	235.621.037	-	35,53%	35,53%
Elekeiroz S.A.	321	465	(32)	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	272	109	(39)	10.953.371	-	97,80%	97,80%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	52	106	2	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	32	1	-	12.200.000	-	100,00%	100,00%

(1) Inclui participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,56% e indireta de 17,16%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 25,79% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A.

(2) Inclui participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas**II - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO - ITAÚSA CONSOLIDADO****a) Composição**

	% de participação em 31/12/2014		31/12/2014			01/01 a 31/12/2014	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,72	64,16	99.260	19.520	69.823	21.555	5.258
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	24.418	16.246	-	4.019	2.674
OKI Brasil	-	-	-	40	-	-	(21)
Outros	-	-	-	(8)	-	-	(3)
Total				35.798			7.908

	% de participação em 31/12/2013		31/12/2013			01/01 a 31/12/2013	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,87	64,16	83.233	16.332	57.863	16.424	3.841
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	20.308	13.512	-	3.042	2.024
Tablemac	-	-	-	121	-	-	3
Outros	-	-	-	(15)	-	-	-
Total				29.950			5.868

Notas Explicativas**b) Outras informações**

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Informações Financeiras (*)	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante	727.159	643.273
Ativo Não Circulante	400.046	384.031
Passivo Circulante	678.197	621.134
Passivo Não Circulante	349.619	323.234
Receitas	172.181	142.230
Despesas	(150.334)	(125.723)

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Os passivos financeiros correspondem a R\$ 536.558 circulante e R\$ 334.098 não circulante (R\$ 493.816 circulante e R\$ 306.762 não circulante em 31/12/2013).

As provisões de ações cíveis, trabalhistas e tributárias correspondem a R\$ 17.027 (R\$ 18.862 em 31/12/2013).

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Receita de Juros e Rendimentos	120.115	94.127
Despesa de Juros e Rendimentos	(72.977)	(46.361)
Lucro Líquido Antes do IR/CS	28.808	20.865
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.947)	(4.343)
Lucro Líquido	21.861	16.522
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	21.555	16.424
Outros Resultados Abrangentes	1.082	(3.248)
Resultado Abrangente Total	22.637	13.176

As despesas com depreciação e amortização totalizam R\$ 1.641 e R\$ 827 respectivamente (R\$ 1.522 e R\$ 808 em 31/12/2013).

Caixa e Equivalentes de Caixa - Itaú Unibanco Holding	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades	16.636	16.576
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.664	18.599
Aplicações no Mercado Aberto	45.574	20.615
Total	71.874	55.790

Conciliação dos Investimentos Controlados em Conjunto	Itaú Unibanco Holding		IUPAR		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Patrimônio Líquido em 01/01/2014 e 01/01/2013	83.223	75.902	20.308	18.369	-	-
Ganhos/(Perdas) do período	21.555	16.424	4.019	3.042	-	-
Outros Resultados Abrangentes	1.082	(3.248)	279	(834)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(6.994)	(4.976)	(161)	(151)	-	-
Reorganizações Societárias	(639)	(640)	(170)	(165)	-	-
Outras Movimentações no PL	1.033	(239)	143	47	-	-
Patrimônio Líquido em 31/12/2014 e 31/12/2013	99.260	83.223	24.418	20.308	-	-
Participação Societária	19,56%	19,64%	66,53%	66,53%	-	-
	19.413	16.341	16.246	13.512	35.659	29.853
Resultado Não Realizado	(14)	(173)	-	-	(14)	(173)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23 a)	121	164	-	-	121	164
Total	19.520	16.332	16.246	13.512	35.766	29.844

Notas Explicativas



NOTA 9 – IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2012			Movimentações				Saldo em 31/12/2013		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	639	-	639	27	(1)	-	21	686	-	686
Construções e Benfeitorias	4	842	(355)	487	8	(1)	(31)	134	983	(386)	597
Equipamentos e Instalações	5 a 20	3.228	(1.463)	1.765	72	(7)	(233)	485	3.729	(1.650)	2.079
Móveis e Utensílios	10	41	(30)	11	4	-	(2)	1	46	(31)	15
Veículos	10	51	(40)	11	1	(2)	(4)	2	52	(44)	8
Imobilizado em Andamento	-	673	-	673	376	-	-	(642)	407	-	407
Outros (Processamento de Dados e Outros Ativos)	4 a 20	159	(109)	50	9	(4)	(13)	(4)	136	(96)	40
TOTAL IMOBILIZADO		5.633	(1.997)	3.636	497	(15)	(283)	(3)	6.039	(2.207)	3.832

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2013			Movimentações				Saldo em 31/12/2014		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	686	-	686	85	(46)	-	2	727	-	727
Construções e Benfeitorias	4	983	(386)	597	104	(1)	(37)	52	1.114	(398)	716
Equipamentos e Instalações	5 a 20	3.729	(1.650)	2.079	226	(13)	(278)	235	4.169	(1.920)	2.249
Móveis e Utensílios	10	46	(31)	15	5	(1)	(2)	2	52	(34)	18
Veículos	10	52	(44)	8	5	-	(4)	1	56	(46)	10
Imobilizado em Andamento	-	407	-	407	240	(2)	-	(327)	318	-	318
Outros (Processamento de Dados e Outros Ativos)	4 a 20	136	(96)	40	2	(2)	(10)	17	145	(98)	47
TOTAL IMOBILIZADO		6.039	(2.207)	3.832	667	(65)	(331)	(18)	6.581	(2.496)	4.085

NOTA 10 – ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo em 31/12/2012			Movimentações				Saldo em 31/12/2013		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20,00%	80	(47)	33	10	(1)	(11)	(9)	59	(38)	21
Marcas e Patentes	-	4	-	4	1	-	(1)	10	15	(1)	14
Ágio por Rentabilidade Futura	-	689	-	689	-	-	-	25	714	-	714
Carteira de Clientes	6,67%	396	(79)	317	-	-	(26)	-	396	(105)	291
Desenvolvimento de Produtos	-	18	(7)	11	5	(2)	(3)	(11)	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	10,00%	1	-	1	-	-	(1)	(1)	-	-	-
TOTAL INTANGÍVEL		1.188	(133)	1.055	16	(3)	(42)	14	1.184	(144)	1.040

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo em 31/12/2013			Movimentações				Saldo em 31/12/2014		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20,00%	59	(38)	21	8	-	(9)	5	73	(48)	25
Marcas e Patentes	-	15	(1)	14	1	(10)	-	6	12	(1)	11
Ágio por Rentabilidade Futura	-	714	-	714	-	-	-	-	714	-	714
Carteira de Clientes	6,67%	396	(105)	291	-	-	(27)	15	412	(133)	279
TOTAL INTANGÍVEL		1.184	(144)	1.040	9	(10)	(36)	26	1.211	(182)	1.029

NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Notas Explicativas



Em 31 de dezembro de 2014, a Duratex Florestal Ltda. e a Tablemac S.A., possuíam aproximadamente 164,6 mil hectares em áreas de efetivo plantio (139,5 mil hectares em 31/12/2013) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Custo de formação dos ativos biológicos	785	595
Diferencial entre o custo e o valor justo	570	531
Valor justo dos ativos biológicos	1.355	1.126

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

Notas Explicativas**c) Movimentação**

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	1.126	1.102
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	221	192
Exaustão	(181)	(218)
Variação do Valor Histórico		
Formação	292	132
Exaustão	(103)	(82)
Saldo final	1.355	1.126

	31/12/2014	31/12/2013
i) Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	40	(26)
Variação do Valor Justo	221	192
Exaustão do Valor Justo	(181)	(218)

i) O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos preços de mercado, produtividade e volume colhido e aquisição de florestas no 1º trimestre de 2014 junto à Caxuana Ltda.

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de Operações em Continuidade	8.263	6.248
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de Operações Descontinuadas	-	(123)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(2.809)	(2.083)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	2.707	1.967
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.689	1.995
Resultado de Investimentos no Exterior	7	(32)
Juros Sobre o Capital Próprio	(49)	23
Outras	60	(19)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(102)	(116)

Notas Explicativas



b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I - O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido estão representados por:

	31/12/2012	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2013
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	330	(37)	1	294
Créditos de Liquidação Duvidosa	3	(1)	1	3
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	-	2
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Provisões para Passivos Contingentes	102	(2)	42	142
Empresas sediadas no Exterior	1	(1)	-	-
Outros	73	(73)	146	146
Total do Ativo Fiscal Diferido	653	(114)	190	729
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(62)	6	-	(56)
Valor Presente de Financiamento	(8)	1	-	(7)
Resultado do Swap	(4)	-	(13)	(17)
Depreciação	(12)	4	-	(8)
Atualização de Dep. Judic. Obrig. Legais e Passivos Contingentes	(4)	-	(1)	(5)
Planos de Pensão	(4)	-	-	(4)
Venda de Imóvel	(9)	3	-	(6)
Outras Obrigações	(75)	-	(40)	(115)
Ajustes CPCs / IFRS	(317)	16	-	(301)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(495)	30	(54)	(519)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	158	(84)	136	210
	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	294	(2)	77	369
Créditos de Liquidação Duvidosa	3	-	3	6
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	1	3
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Provisões para Passivos Contingentes	142	(2)	49	189
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	119	(119)	-	-
Outros	27	(2)	10	35
Total do Ativo Fiscal Diferido	729	(125)	140	744
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(56)	2	-	(54)
Valor Presente de Financiamento	(7)	2	-	(5)
Resultado do Swap	(17)	-	(27)	(44)
Depreciação	(83)	-	(22)	(105)
Atualização de Dep. Judic. Obrig. Legais e Passivos Contingentes	(5)	-	-	(5)
Planos de Pensão	(4)	-	-	(4)
Venda de Imóvel	(6)	2	-	(4)
Outras Obrigações	(41)	17	(2)	(26)
Ajustes CPCs / IFRS	(300)	-	(76)	(376)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(519)	23	(127)	(623)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	210	(102)	13	121

Notas Explicativas



II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos existentes em 31/12/2014, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Fiscal Diferido:	744	729
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	109	38
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	635	691
Passivo Fiscal Diferido	(623)	(519)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(623)	(519)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	121	210

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos ^{(1) (2)}	Encargos	31/12/2014			31/12/2013		
		Não		Total	Não		Total
		Circulante	Circulante		Circulante	Circulante	
BNDES	TJLP + 1,10% a 4,32% a.a	229	435	664	224	556	780
Crédito Industrial e Bancário	101,2% a 103,3% CDI	205	-	205	274	184	458
Crédito Industrial e Bancário com Swap	12,7% a.a	58	-	58	7	53	60
Desconto NPR	5,50% a.a	-	-	-	8	-	8
FINAME	TJLP + 2,3% a.a	-	46	46	2	34	36
FUNDIEST	30% IGP-M a.m	20	111	131	17	124	141
FUNDOPEM	IPCA + 3,0% a.a	1	29	30	-	16	16
Nota de Crédito Rural e Exportação	104,8 a 105,3% CDI	139	407	546	68	56	124
Nota de Crédito Rural e Exportação com Swap	8,0 % a 11,5% a.a	113	168	281	68	155	223
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4,0% a.a / IPCA + 6,0% a.a	11	4	15	12	14	26
Cessão de Crédito	9,38% a 13,17 % a.a	33	-	33	20	-	20
Outros		45	43	88	87	81	168
Moeda Nacional		854	1.243	2.097	787	1.273	2.060
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2% a 2,4% a.a	16	10	26	12	23	35
Exterior	Libor + 0,92% a 1,61% a.a	-	-	-	93	-	93
Resolução 4131 com Swap	US\$ + 1,50% a 2,50% a.a	120	235	355	-	108	108
Resolução 4131 com Swap	US\$ + L + 1,3% a 1,7% a.a	106	236	342	1	330	331
Outros		17	65	82	9	13	22
Moeda Estrangeira		259	546	805	115	474	589
Total		1.113	1.789	2.902	902	1.747	2.649

(1) As garantias aos empréstimos e financiamentos das controladas são compostas basicamente de: Aval Itaúsa Investimentos S.A, Fiança Cia Lígna de Investimentos, Pessoas Físicas, Notas Promissórias, Duplicatas, Alienação Fiduciária, Aval Duratex Exportadora S.A, Hipoteca de Bens, Máquinas e Equipamentos, Penhor, Hipoteca de Equipamentos, Apólice de Seguro e Fiança Bancária.

(2) Determinados empréstimos e financiamentos (que poder ser identificados na tabela anterior com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado.

Prazo de Vencimento	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	895
2016	542	365
2017	468	134
2018	239	203
2019	179	74
2020	330	56
2021	14	9
2022	8	11
Demais	9	-
Total	1.789	1.747

Notas Explicativas**NOTA 14 – DEBÊNTURES**

Em 08/02/2012 foi aprovada na Duratex a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia fluante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Duratex, para subscrição privada, no valor total de R\$ 100, com remuneração de IPCA + 6% a.a. pagos anualmente em 15 de janeiro de cada ano, com vencimento para 15/01/2017, cujos recursos foram destinados para:

- a) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga-SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- b) Aquisição das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no item anterior.

Abaixo apresentamos as debêntures na Itaúsa Consolidado:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures Duratex	7	116	123	6	109	115

NOTA 15 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos, contribuições e taxa de serviço administrativo incidente sobre internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/12/2014	31/12/2013
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	122	111
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	12	11
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	12	11
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	19	5
PIS e COFINS	4	3
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	11	10
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	17	17
Taxa Cacex ⁽¹⁾	-	21
Outros	16	16
Total	213	205

(1) Em 27 de junho de 2014 foi confirmada decisão favorável que transitara em julgado em 21 de novembro de 2007 que pleiteava o crédito em ação declaratória cumulada com repetição de indébito, visando a declaração da inconstitucionalidade das Leis 2.145/52 e 7.690/88. O crédito por precatório judicial totalizou R\$ 22, que reduzido dos custos de honorários advocatícios no total de R\$ 2, gerou um resultado positivo de R\$. 20 na rubrica de Outros Resultados Operacionais (Nota 21).

Notas Explicativas**b) Provisões:**

- **Tributárias:** As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Provisões para Contingências	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2013	435	71	21	527
Atualização Monetária	40	21	2	63
Constituição	121	28	17	166
Reversão	(105)	(28)	(7)	(140)
Pagamentos	(9)	(20)	(1)	(30)
Saldo Final	482	72	32	586
(-) Depósitos Judiciais	(4)	(8)	-	(12)
Saldo em 31/12/2014 após a compensação dos Depósitos Judiciais	478	64	32	574

As principais discussões relativas às provisões tributárias são descritas a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 388: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Contingências não Provisionadas

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2014, esses processos totalizavam R\$ 733 para causas tributárias, R\$ 15 para causas trabalhistas e R\$ 7 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 228: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 252: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Plano Verão – R\$ 54: Pleiteamos o reconhecimento do direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial relativo ao exercício de 1989 por meio de aplicação integral do IPC (índice bruto) de 70,28% ou o diferencial de 51,83%.
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 43: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 42: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 29: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;

Notas Explicativas



- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 12: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

d) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais

A ITAÚSA e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, reaberto pela Lei 12.865/2013 e alterado pelas Leis 12.973/2014, 12.995/2014 e 12.996/2014. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- Refis Lucros no Exterior – A Lei 12.865/2013, alterada pelas Leis 12.973/2014 e 12.995/2014 permite utilizar os créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido próprios e de sociedades controladoras, controladas e coligadas, domiciliadas no Brasil. O efeito líquido no resultado do exercício corresponde a uma despesa de R\$ 2.
- Refis da Crise e Parcelamento Extraordinário - Lei 12.996/14 art. 2 - Que, dentre outras regras, prorrogou, até o dia 25 de agosto de 2014, o prazo de adesão ao “Refis da Crise” e ao Parcelamento Extraordinário (art. 2º), previstos na Lei 11.941/09 (art. 1º, § 12 e art.7º) e na Lei 12.249/10 (art. 65, § 18), respectivamente. As dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2013, poderão ser pagas ou parceladas nesses programas. O efeito líquido no resultado do exercício corresponde a uma despesa de R\$ 2.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA

a) Capital Social

O capital social autorizado é de 8.250.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 2.750.000.000 em ações ordinárias e até 5.500.000.000 em preferenciais.

Conforme Ata Sumária da Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 25/04/2014 foi deliberado Aumento do Capital Social no montante de R\$ 525, mediante emissão de 84.000.000 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 32.340.304 ordinárias e 51.659.696 preferenciais.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 28/04/2014, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Aumento do capital social em R\$ 4.500, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 366 da Reserva Legal, R\$ 1.312 da Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.742 da Reserva para Reforço de Capital de Giro e R\$ 1.080 da Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;
- Emissão de 555.466.725 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 213.856.700 ordinárias e 341.610.025 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 02/05/2014;

Após subscrição e capitalização de reservas, o Capital Social foi elevado para R\$ 27.025, representado por 6.110.133.986 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.352.423.707 ordinárias e 3.757.710.279 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Notas Explicativas

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final dos exercícios de 2013 e 2014::

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2013	239.937.149	383.270.365	623.207.514	5.500
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.600
Bonificação de 10% em Ações	186.628.955	298.117.019	484.745.974	-
Subscrição de Ações	53.308.194	85.153.346	138.461.540	900
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Residentes no País	2.105.824.193	2.195.206.548	4.301.030.741	17.296
Residentes no Exterior	402.510	1.169.234.010	1.169.636.520	4.704
Em Circulação em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2014	246.197.004	393.269.721	639.466.725	5.025
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.500
Bonificação de 10% em Ações	213.856.700	341.610.025	555.466.725	-
Subscrição de Ações	32.340.304	51.659.696	84.000.000	525
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986	27.025
Residentes no País	2.351.938.446	2.307.922.622	4.659.861.068	20.610
Residentes no Exterior	485.261	1.449.787.657	1.450.272.918	6.415
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 (*)	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Em Circulação em 31/12/2014	2.344.705.507	3.755.390.279	6.100.095.786	27.025

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, adquiridas ao custo médio unitário de R\$ 9,11.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Notas Explicativas**I. Cálculo***(Em milhões de Reais)*

Lucro Líquido	7.911	
(-) Reserva Legal	(396)	
Base de Cálculo do Dividendo	7.515	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.879	25,00%
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Proposto	2.438	32,44%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	685	(75)	610
Dividendos	184	-	184
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/07/2014	92	-	92
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/10/2014	92	-	92
Juros sobre o Capital Próprio	501	(75)	426
1 parcela de R\$ 0,082 por ação paga em 25/08/2014	501	(75)	426
Provisionado / Declarado	309	(33)	276
Dividendos	92	-	92
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/01/2015	92	-	92
Juros sobre o Capital Próprio	217	(33)	184
1 parcela de R\$ 0,0356 por ação a ser paga em 26/02/2015	217	(33)	184
Provisionado / A ser Declarado	1.552	-	1.552
Dividendos	993	-	993
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/04/2015	92	-	92
1 parcela de R\$ 0,1480 por ação a ser paga em 26/02/2015	901	-	901
Dividendos Adicionais ao Mínimo Obrigatório	559	-	559
1 parcela de R\$ 0,0419 por ação a ser paga em 26/02/2015	256	-	256
1 parcela de R\$ 0,0497 por ação a ser paga em 31/03/2015	303	-	303
Total em 31/12/2014 - R\$ 0,3996 líquido por ação	2.546	(108)	2.438
Total em 31/12/2013 - R\$ 0,3124 líquido por ação ⁽¹⁾	2.151	(274)	1.877

*(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações***c) Reservas Integralizadas**

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Notas Explicativas

	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de Lucros	11.600	10.976
Legal	1.149	1.120
Estatutárias	10.451	9.856
Equalização de Dividendos	2.998	2.066
Reforço do Capital de Giro	3.104	3.852
Aumento de Capital de Empresas Participadas	4.349	3.938
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	559	617
Outras Reservas	618	413
Total das Reservas na Controladora	12.777	12.006

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2013	1.120	10.473	413	12.006
Constituição de Reservas	396	4.969	-	5.365
Aumento de Capital com Reservas	(367)	(4.133)	-	(4.500)
Dividendo - Valor a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	-	559	-	559
Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anteriores	-	(617)	-	(617)
Reorganizações Societárias	-	(241)	-	(241)
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	-	205	205
Saldo em 31/12/2014	1.149	11.010	618	12.777

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES**Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas****a) Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

Notas Explicativas



O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,10 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos	
					Dez/13	Dez/14			2007 a 2011	2012	2013	2014		
					(*)									
30/03/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	53.740	59.113	9,79	1	1	-	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.445.154	1.506.527	8,88	25	25	-	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.512.330	1.580.420	7,26	19	19	-	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	830.467	898.639	3,98	9	8	1	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.420.779	1.483.850	7,04	9	5	2	2	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.859.377	2.045.299	5,11	9	1	3	3	2	-	-
09/04/2012	1.315.360	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.287.309	1.411.122	5,69	7	-	1	2	2	2	2
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.498.804	1.648.699	6,54	9	-	-	2	2	2	4
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	-	2.163.532	4,48	9	-	-	-	2	2	7
Soma	18.695.608				9.907.960	12.797.201		97	59	7	9	8	8	13
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								93	57⁽¹⁾	7⁽²⁾	8⁽³⁾	8⁽⁴⁾	13⁽⁵⁾	

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2011.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2012.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2013.

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2014.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2014.

Em 31 de Dezembro de 2014 a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itaútec S.A.

A Companhia, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas do capital da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Companhia.

O preço de período fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Notas Explicativas**Premissas**

Data da Outorga	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	32,88
Prazo de carência	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/16
Volatilidade	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 31 de Dezembro de 2014 o preço de mercado das ações era de R\$ 16,10 (R\$ 26,89 em 31 de dezembro de 2013) por ação.

c) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas**NOTA 18 - VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Receita Bruta de Vendas e Serviços	6.352	6.618
Mercado Interno	5.771	6.350
Mercado Externo	581	268
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(1.331)	(1.329)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	5.021	5.289

NOTA 19 - CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Matérias Primas e Mateirias de Consumo	(2.945)	(3.040)
Remuneração, Encargos e Benefícios	(735)	(509)
Depreciação, Amortização Exaustão	(609)	(576)
Varição nos Estoques de Produtos Acabados e em Elaboração	401	483
Varição Valor Justo Ativo Biológico	221	191
Outros Custos	(100)	(278)
Total	(3.767)	(3.729)

NOTA 20 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Despesas de Pessoal	(177)	(192)
Remuneração	(120)	(125)
Encargos	(30)	(38)
Benefícios Sociais	(11)	(13)
Treinamento	(3)	(3)
Participações de Empregados nos Lucros	(13)	(13)
Despesas Administrativas	(113)	(122)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(7)	(4)
Serviços de Terceiros	(53)	(61)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(2)	(3)
Transportes / Segurança / Materiais	(5)	(4)
Despesas de Viagem	(3)	(1)
Aluguel e Instalações	(8)	(21)
Convenio de rateio de custos comuns	(6)	(9)
Outros	(29)	(19)
Depreciação	(10)	(18)
Total	(300)	(332)

Notas Explicativas**NOTA 21 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Provisões / Reversão para Contingências	35	(25)
Resultado de Plano Benefício	9	19
Amortização de Carteira de Clientes	(27)	(28)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(21)	(36)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado (*)	153	18
Ganho líquido com precatórios	20	-
Resultado na Venda de excedente de Energia Elétrica	18	-
Outros	14	(7)
Total	201	(59)

(*) Inclui o reconhecimento, no 1º tri/2014, do saldo acumulado do resultado não realizado decorrente de operações de venda realizadas pela Itaútec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços, passou para OKI Electric.

Notas Explicativas**NOTA 22 - LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		
Lucro Líquido de Operações em Continuidade	7.911	5.822
Lucro Líquido de Operações Descontinuadas	-	(124)
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(37)	(37)
Subtotal	7.874	5.661
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(23)	(23)
Subtotal	7.851	5.638
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	3.021	2.171
Aos Detentores de Ações Preferenciais	4.830	3.467
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	3.044	2.194
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	4.867	3.504
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.340.804.890	2.292.416.451
Ações Preferenciais	3.741.792.196	3.661.855.997
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações em Continuidade - R\$		
Ações Ordinárias	1,30	0,98
Ações Preferenciais	1,30	0,98
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações Descontinuadas - R\$		
Ações Ordinárias	-	(0,02)
Ações Preferenciais	-	(0,02)

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas**NOTA 23 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS****a) Bank of America Corporation**

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2013	Amortizações/ Realizações	31/12/2014
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente (*)	115	(53)	62
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	89	(17)	72
Outros	2	(1)	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	206	(71)	135
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	273	(71)	202
Passivo fiscal Diferido (IV)	(109)	28	(81)
Total ágio alocado (V = III + IV)	164	(43)	121
Agio - Goodwill	437	-	437

(*) Em 2013 foram realizados os valores relativos a Redecard.

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

Notas Explicativas



b) Tablemac S.A.

Em 22 de janeiro de 2014, a Duratex concluiu a realização de Oferta Pública de Aquisição de ações (OPA) do capital social da Tablemac S.A., empresa líder no mercado colombiano na fabricação de painéis de madeira industrializada. Foram adquiridas 14.772.002.647 ao preço de COP 8,60 por ação, que representa um aumento na participação de 43,62%, que perfaz um investimento adicional de aproximadamente US\$ 64 milhões na Companhia. O valor da contraprestação transferida foi de R\$ 152.

Desta forma, a Duratex passou a deter 80,62% do capital social da Tablemac. Em atendimento ao que determina o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, no caso de uma aquisição de controle por estágios, a empresa deve efetuar a baixa do seu investimento anterior e mensurar a sua nova participação ao valor justo na data da aquisição. Em antecipação a essa baixa, a Duratex avaliou a necessidade de *impairment* do ágio contabilizado na aquisição inicial da Tablemac em 2012 no valor de R\$ 54 (R\$ 66 de ágio e R\$ 13 de variação cambial anteriormente contabilizada no patrimônio líquido) tendo reconhecido a perda no resultado de 2013.

Na data da aquisição do controle a Duratex recalculou o valor justo de 37% do investimento detido anteriormente que quando comparado ao valor contábil resultou em um ajuste positivo no valor de R\$ 9, apresentado na rubrica “Outros resultados operacionais”.

A Tablemac S.A. é uma empresa de capital aberto, fundada em 1988 e tem ações negociadas na bolsa de valores da Colômbia, possui 4 plantas localizadas no centro do país, com capacidade de produção de 110.000 m³/ano de MDP e inaugurou a primeira linha contínua de produção de MDF no país, com capacidade de 132.000 m³/ano. A Tablemac é proprietária de 8.544 hectares de terras e conta com 5.907 hectares plantados. Sua participação é de aproximadamente 33% do mercado de painéis na Colômbia.

O negócio possibilita a diversificação das operações de painéis em um país que apresenta ambiente político e econômico estáveis, com taxas de crescimento superiores à média brasileira, além de apresentar características de população e renda favoráveis ao segmento de móveis, principal destino dos painéis comercializados.

A Duratex com esta operação deu mais um passo no seu plano estratégico de crescimento de suas atividades no exterior, com foco inicial na América Latina, sempre visando a criação de valor a seus acionistas.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$ 31 de curto prazo, e não tem expectativa de perda.

Desde 22 de janeiro de 2014, data de sua aquisição, a Tablemac contribuiu para a ITAÚSA CONSOLIDADO com uma receita líquida de R\$ 240 e lucro líquido de R\$ 23, incluindo participação de não controladores.

Caso essa aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a Tablemac teria contribuído para a ITAÚSA CONSOLIDADO com uma receita líquida de R\$ 259 e lucro líquido de R\$ 24 incluindo a participação de não controladores.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Tablemac S.A. na data da aquisição é apresentado a seguir:

Notas Explicativas

Tablemac S.A.	Valor Justo na Aquisição	Valor Contábil
Ativos Identificáveis		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	3
Contas a Receber de Clientes	31	31
Estoques	57	49
Impostos e Contribuições a Recuperar	5	5
Demais Créditos	2	2
IR e CS Diferidos	1	1
Imobilizado	360	309
Ativos Biológicos	24	24
Ativos Intangíveis - Carteira de Clientes	18	1
Total de Ativos Identificáveis	501	425
Passivos Identificáveis		
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	15	15
Fornecedores	14	14
Obrigações com Pessoal	2	2
Contas a Pagar	14	14
Impostos e Contribuições	6	6
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	49	49
IR e CS Diferidos	53	-
Total de Passivos Identificáveis	153	100
Acervo Líquido	348	325
Participação de Não Controladores	19,38%	(67)
Participação Detida Anteriormente	37,00%	(129)
Contraprestação Paga na Aquisição	43,62%	152
Fluxo de Caixa no Momento da Aquisição		
Caixa Líquido Adquirido com a Controlada		4
Caixa Pago		(152)
Fluxo de Saída de Caixa, Líquido		(148)

Notas Explicativas**NOTA 24 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO**

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de dezembro de 2014 com 9.719 participantes (10.262 em 31 de dezembro de 2013).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras. O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, foi reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) é de R\$ 131 (R\$ 122 em 31 de dezembro 2013). Foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 9 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2013).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo registrado correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD era de R\$ 33 (R\$ 60 em 31 de dezembro 2013) a ser realizado em 14 parcelas mensais, remuneradas pelo retorno dos investimentos do Plano de previdência BD.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de Desconto	11,66% a.a.	12,73% a.a.
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,59 % a.a.	9,18 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	5,20 % a.a.	6,00 % a.a.
Inflação	5,20 % a.a.	6,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

Notas Explicativas



NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de dezembro de 2014 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/ri.

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga), que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Notas Explicativas



	Janeiro a Dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽⁵⁾	Elekeiroz	Itautec ^{(5) (6)}	
Ativos Totais	2014	1.127.203	8.797	703	290	48.594
	2013	1.027.297	8.178	730	751	41.929
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2014	154.990	3.985	935	102	12.929
	2013	119.154	3.873	1.004	439	11.157
Lucro Líquido	2014	21.555	394	(32)	(39)	8.161
	2013	16.424	520	39	(389)	6.011
Patrimônio Líquido	2014	99.260	4.609	465	109	42.239
	2013	83.223	4.365	504	156	35.974
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2014	24,3%	8,7%	-6,6%	-28,9%	21,1%
	2013	21,1%	12,3%	8,0%	-112,2%	17,6%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2014	58.231	1.030	16	(65)	1.105
	2013	47.706	1.368	71	(183)	965

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez'13 + mar + jun + set + dez / 5).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Na Duratex e Itautec os valores apresentados desconsideram as Receitas Operacionais classificadas no Resultado de Operações Descontinuadas.

(6) Em 2013, os Ativos Totais, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido incluem às Operações Descontinuadas.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaú Unibanco e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- Os Investimentos nas Empresas Não Consolidadas (Nota 8 II) – Itaú Unibanco Holding e IUPAR – Itaú Unibanco Participações.

Notas Explicativas

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2014	31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Aplicações Financeiras	218	308	23	38
Itaú Unibanco S.A.	218	308	23	38
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	54	41	-	-
Itaú Unibanco S.A.	-	1	-	-
Partes Relacionadas de Controladas (*)	54	40	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	-	49
Itaú Unibanco S.A.	-	-	2	51
Itaú Seguros	-	-	(2)	(4)
Banco Itaú BBA	-	-	-	2
Receita de Vendas	-	-	196	185
Partes Relacionadas de Controladas (*)	-	-	196	185
Total	272	349	23	87

(*) Referem-se basicamente à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. E Fer. S.A. e Leroy Merlin Cia. Bras. de Bricolagem.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 5 (R\$ 8 de 01/01 a 31/12/2013) em função da utilização da estrutura comum.

Em 31 de dezembro de 2014 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Duratex S.A.	454	522
Elekeiroz S.A.	87	84
Itautec S.A.	48	102
Total	589	708

Notas Explicativas**c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração**

Os honorários atribuídos no período aos administradores são compostos conforme segue:

01/01 a 31/12/2014	ITAÚSA	DURATEX	ITAUTEC	ELEKEIROZ	TOTAL
Remuneração	6	17	5	5	33
Participações no Lucro	5	7	-	-	12
Opções de Ações	-	7	-	-	7
Total	11	31	5	5	52

01/01 a 31/12/2013	ITAÚSA	DURATEX	ITAUTEC	ELEKEIROZ	TOTAL
Remuneração	6	14	11	6	37
Participações no Lucro	4	14	5	2	25
Opções de Ações	-	7	-	-	7
Total	10	35	16	8	69

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos ao qual a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 643 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA.

a) Risco de Mercado**(i) Risco Cambial**

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

Notas Explicativas

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*): esse tipo de operação tem o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (PTAX).
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do SWAP.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência (nocial)	Valor Justo	Efeito acumulado	
	31/12/2014	31/12/2014	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	116	116	-
Posição Ativa	988	1.152	116	-
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	681	809	114	-
Taxa Pré-Fixada	307	343	2	-
Posição Passiva	(988)	(1.036)	-	-
CDI	(988)	(1.036)	-	-

	Valor de Referência (nocial)	Valor Justo	Efeito acumulado	
	31/12/2013	31/12/2013	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	46	48	49	(2)
Posição Ativa	791	822	49	(2)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	483	488	49	(2)
Taxa Pré-Fixada	308	334	-	-
Posição Passiva	(745)	(774)	-	-
CDI	(745)	(774)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	45	1	2	-
Compromisso de Compra	45	1	2	-
Moeda Estrangeira (USD)	45	1	2	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações.

Notas Explicativas**(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/12/2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	1.116	1.124	776	9
Fornecedores e Outras Obrigações	276	61	-	-
Total	1.392	1.185	776	9

31/12/2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	915	1.245	604	10
Fornecedores e Outras Obrigações	366	126	-	-
Total	1.281	1.371	604	10

Notas Explicativas**d) Análise de Sensibilidade**

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA CONSOLIDADO, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(7)	(19)	(30)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		7	19	30
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 2770 Res. 4131)	Queda US\$	10	(244)	(498)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(10)	244	498
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(8)	(15)
		Aumento US\$	-	8	15
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(2)	4	8
		(Aumento US\$)	-	(4)	(8)
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	2	5
		(Aumento US\$)	-	(2)	(5)
Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	2	5	
	(Aumento US\$)	-	(2)	(5)	
Total			(2)	-	-

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas Explicativas

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	31/12/2014	31/12/2013
Ativos: (*)		4.336	3.390
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	48	59
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.849	1.480
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	61	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	229	25
Contas a Receber de Clientes	2	1.015	1.202
Dividendos/JCP	2	607	373
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	149	151
Outros Ativos Financeiros	2	378	39
Passivos:		4.560	4.090
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.025	2.764
Fornecedores	2	213	307
Dividendos/JCP	2	1.322	1.024
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	(5)

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 I.

NOTA 28 – INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Lei nº 12.973: em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração

sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações

contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações

contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações

do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2015

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti

Contador CRC 1SP172940/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., após procederem ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2014, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista da opinião sem ressalvas e esclarecimentos prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período. São Paulo (SP), 9 de fevereiro de 2015. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Flavio Cesar Maia Luz, Helena Kerr do Amaral, José Carlos de Brito e Cunha e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

HENRI PENCHAS

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA

REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 2015

DATA, HORA E LOCAL: Em 9 de fevereiro de 2015, às 8:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 9º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Diretor Presidente.

QUORUM: A totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE: Após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução nº 480/09 da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 9 de fevereiro de 2015. (aa) Alfredo Egydio Arruda Villela Filho – Diretor Presidente; Henri Penchas e Roberto Egydio Setubal – Diretores Vice-Presidentes.

HENRI PENCHAS

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA

REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 2015

DATA, HORA E LOCAL: Em 9 de fevereiro de 2015, às 8:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 9º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Diretor Presidente.

QUORUM: A totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE: Após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução nº 480/09 da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 9 de fevereiro de 2015. (aa) Alfredo Egydio Arruda Villela Filho – Diretor Presidente; Henri Penchas e Roberto Egydio Setubal – Diretores Vice-Presidentes.

HENRI PENCHAS

Diretor de Relações com Investidores